



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas Nobre, informações sobre os detalhes das permissões de renovação das concessões de duas estradas de ferro que são administradas pela empresa Vale, aprovadas em 29 de julho, pelo Tribunal de Contas da União.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas Nobre, informações sobre os detalhes das permissões de renovação das concessões de duas estradas de ferro que são administradas pela empresa Vale, aprovadas em 29 de julho, pelo Tribunal de Contas da União.

Nesses termos, requisita-se:

- 1) Quais serão as condicionantes adotadas pelo governo federal com relação a renovação das permissões de concessão das duas estradas de ferro administradas pela empresa Vale, após autorização do Tribunal de Contas da União?
- 2) Quais os critérios que levaram o governo federal a fechar acordo com a empresa Vale para destinar R\$2,73 bilhões para o fundo destinado à

construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) ao invés da construção do tramo norte da Ferrovia Norte-Sul, trecho entre Açailândia-PA/Barcarena(PA)?

3) Por que o governo federal não está levando em consideração a decisão tomada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Presidência da República, que aprovou, em 2018, a inclusão no programa de concessões o trecho entre Açailândia-PA/Barcarena-PA?

4) Qual o valor estimado e atualizado para a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico)?

5) Qual o valor estimado e atualizado para a construção do tramo norte da Ferrovia Norte-Sul, trecho Açailândia/Barcarena?

6) Qual a previsão para a construção das duas ferrovias?

7) O governo federal deixou de dar prioridade para a construção do trecho Açailândia-PA/Barcarena-PA? Por quais motivos?

8) O governo federal pretende dar ao Estado do Pará alguma forma de compensação pela mudança proposta para a construção da FICO?

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União autorizou a renovação, no dia 29 do corrente, das permissões de concessão de duas estradas de ferro administradas pela empresa Vale.

Os novos contratos preveem investimentos de R\$ 21 bilhões, sendo R\$ 8,5 bilhões na EFVM e R\$ 9,8 bilhões na EFC, além do uso do mecanismo de investimento cruzado, que permite usar parte do valor de outorga para a construção de novas ferrovias do Estado com investimento privado.

Além disso, com a renovação, a Vale destinará R\$ 2,73 bilhões ao fundo destinado à construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico).

O termo de renovação assinado com a Vale também antecipa a construção de um novo trecho ferroviário entre as cidades de Cariacica e Anchieta, ambas no Espírito Santo. A ferrovia faz parte do projeto de viabilização do Porto de Ubu.

Essa atitude do governo federal vai na contramão da decisão tomada, em 2018, pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Presidência da República, que em reunião extraordinária realizada no dia 16 de julho, incluiu duas ferrovias no programa de concessões do governo: o Tramo Norte (EF 151), braço da Ferrovia Norte/Sul, que liga Açailândia ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Pará; e a EF 118, entre Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Logo após a decisão do conselho, a Secretaria-Geral da Presidência da República determinou que fosse elaborado o projeto de engenharia para a ligação entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA), conectando a Ferrovia Norte-Sul ao porto de Vila do Conde, tendo em vista que o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA - desse trecho, contratado pela VALEC, já tinha sido finalizado em maio de 2012.

Relatórios da Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., que apresenta o resumo final dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, bem como o fluxo e natureza de carga, até o ano de 2055, que passariam pela ferrovia Norte-Sul, incluindo o trecho Açailândia-Barcarena, elaborado pela Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transportes Ferroviários de Cargas (Sufer) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), confirmam que se trata de um projeto federal de enorme importância estratégica para o país.

Portanto, é preciso saber os detalhes das permissões de renovação das concessões de duas estradas de ferro que são administradas pela empresa Vale, aprovadas em 29 de julho, pelo Tribunal de Contas da União, e quais os motivos que levaram o atual governo a não cumprir as decisões que foram tomadas, em 2018, pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Presidência da República, sobre a construção de ferrovias no Brasil.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2020.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)

